

O #OcupeEstelita e a nova agenda política do Recife¹

Christianne Alcântara²

Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco

Sheila Borges³

Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, PE

Resumo

O Movimento#OcupeEstelita é uma iniciativa que tem provocado um debate, na cidade do Recife, quanto à ocupação do espaço urbano. Independentemente de apoiar ou contestar o movimento, os recifenses têm refletido sobre que cidade desejam para viver. À luz desse debate, o Poder Público, a imprensa e os cidadãos têm se posicionado explicita ou implicitamente sobre a reflexão proposta pelo movimento. Este artigo pretende contribuir para uma análise acerca da representação e o ativismo via redes sociais, a partir do caso do fechamento da Câmara de Vereadores do Recife, que impediu os manifestantes do #OcupeEstelita de presenciarem a votação que aprovou o Projeto Novo Recife. A proposta vai de encontro ao que os integrantes defendem: a revogação desse projeto que prevê a construção de 13 edifícios em uma área histórica e central da cidade, o Cais José Estelita.

Palavras-chave: comunicação; representação; democracia; cidadania; redes sociais.

Introdução

Uma vista para a Bacia do Pina, uma área de mais de cem mil metros quadrados, um pátio ferroviário e armazéns de açúcar desgastados pelo tempo e pelo abandono descrevem o que é atualmente o Cais José Estelita. Localizado em um ponto central do Recife, capital pernambucana, o Cais é objeto de disputa entre o Consórcio Novo Recife e o Movimento#OcupeEstelita.

De um lado, o Consórcio, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos, adquiriu a área, por meio de leilão realizado na gestão do então Prefeito do PT, João Paulo, em 2008. O investimento foi da ordem de R\$ 55 milhões. O Projeto Novo Recife, apresentado pelo Consórcio, prevê a construção um verdadeiro complexo, com 13 edifícios de até 40 andares, entre residenciais e comerciais, flats, estacionamento.

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, e-mail: christiannealcantara@uol.com.br

³ Professora adjunta do Curso de Comunicação Social da UFPE-Caruaru, e-mail: sheilaborges12@gmail.com

Com um site (www.novorecife.com.br) e conta no Facebook, com mais de 45 mil seguidores, o Novo Recife destaca o que classifica como benefícios para a cidade e a população e evita o debate sobre a construção das torres que causariam um impacto urbano e ambiental, segundo arquitetos e especialistas em planejamento urbano. No site, o Consórcio se apresenta:

O Consórcio Novo Recife é formado pelas empresas Ara Empreendimentos, GL Empreendimentos, Moura Dubeux Engenharia e Queiroz Galvão. Em 2008, o Consórcio adquiriu, através de leilão público, parte da área dos antigos armazéns do Cais José Estelita, na região central do Recife, que pertencia ao espólio da Rede Ferroviária Federal, firmando um compromisso com o desenvolvimento urbanístico, social e econômico da Cidade e a preservação de sua história⁴.

De outro, o Movimento#OcupeEstelita destaca, no Facebook, onde tem cerca de 40 mil seguidores:

O Movimento#OcupeEstelita luta há três anos contra um modelo de desenvolvimento urbano guiado apenas por interesses econômicos, que destrói a identidade de nossa cidade e promove uma ideia ultrapassada de progresso e modernização. Vários grupos, coletivos e movimentos sociais estão juntos na luta pelo nosso Recife. Unid@s, nos erguemos contra o urbanismo segregador e suas consequências hostis para a cidade.

Desejamos uma cidade mais inclusiva, que respeite pedestres, ciclistas, usuáři@s de transporte público, ambulantes, pessoas sem-teto, quem sofreu remoção pela Copa 2014, morador@s de áreas de baixa renda, homens, mulheres, crianças, adolescentes, as minorias LGBT e outras minorias estigmatizadas na sociedade. Desejamos uma cidade que preserve o meio ambiente, os recursos naturais, a cultura, a história, a memória e as identidades.

O Projeto Novo Recife (NR) surge como a antítese de tudo isso. É o símbolo de um modelo de cidade excludente, segregadora e não-participativa. As irregularidade e ilegalidades presentes em todo o processo de elaboração e do projeto apenas confirmam a sua nocividade para a construção de uma cidade democrática e humana. Ele representa uma perda de oportunidades para o pleno desenvolvimento de uma área tão importante para cidade do Recife como o Cais José Estelita, pelo seu potencial histórico, geográfico e ambiental.

Conseguimos muitos avanços e apesar da opressão do poder econômico, permanecemos firmes na defesa dos nossos ideais. Mas acreditamos que ainda podemos ir além nessa luta pela garantia do nosso direito á cidade. Junt@s, vamos garantir a construção de uma cidade humana com um plano de desenvolvimento que represente as pessoas que nela vivem. Junt@s, vamos resistir! NÓS SOMOS A CIDADE!!⁵

Com o panorama traçado, este artigo faz um recorte do fato que envolve a aprovação do Projeto Novo Recife pela Câmara de Vereadores da capital pernambucana, em 4 de maio deste ano. Os fatos são os seguintes:

⁴ Disponível em www.novorecife.com.br

⁵ Disponível em <https://www.facebook.com/MovimentoOcupeEstelita?fref=ts>

1. O Poder Legislativo, seja municipal seja estadual, tem como dispositivo regimental publicar, no Diário Oficial, a Ordem do Dia – uma relação dos projetos que serão votados durante a reunião plenária. No dia em que o Projeto Novo Recife foi votado, não constava na Ordem do Dia do Poder Legislativo municipal. Foi incluído extrapauta, surpreendendo a população recifense;
2. A Câmara de Vereadores fez duas votações para aprovar o projeto, sendo que o comum é aprovar em primeira discussão e só no dia seguinte em segunda discussão, sendo ainda no terceiro dia a aprovação da Redação Final;
3. O presidente da Câmara de Vereadores, Vicente André Gomes, do PSB, mandou fechar as portas e impediu, assim, a população de entrar no prédio para acompanhar e protestar contra a votação do Projeto Novo Recife. Todos os acessos foram interditados pela guarda municipal, não permitindo a entrada dos manifestantes.
4. O Ministério Público de Pernambuco havia entrado com uma ação civil pública contra a tramitação da proposição, mas o Legislativo ignorou;
5. O prefeito Geraldo Júlio, do PSB, estava em São Paulo. Mesmo assim, sancionou o projeto a distância e enviou para publicação no mesmo dia;

Diante desse panorama, analisaremos questões como a representação, o ativismo nas redes sociais e de que forma a cidadania vem sendo exercida na atual cena política.

Representação

Assim, tomamos como ponto de partida o conceito de representação e recorremos à observação de Marilena Chauí (1997, p.285) que afirma que a representação, como prática política, não é contemporânea ao surgimento dos partidos políticos e da noção de república democrática representativa que é resultado das sucessivas substituições do regime monárquico-absolutista pelo oligárquico-representativo e depois pelo democrático:

A noção originária de representação não pertence ao contexto político: refere-se ao ato de apresentar-se em pessoa perante um tribunal ou apresentar-se através de um procurador – esse primeiro sentido é jurídico e definido no contexto da prática do direito em Roma (é bom lembrar que os gregos não possuem a palavra “representação”); refere-se também à presentificação mental do que está ausente, uma presence-em-imagem ou uma re-presentificação (...) A não ser no caso da apresentação em pessoa ao tribunal, em todos os outros casos, representação significa *estar no lugar de* (CHAUÍ, 1996, p.286).

A entrada do conceito de representação para os campos filosófico e científico datam do século XVII. Sob o aspecto teórico, a definição supõe duas determinações: uma de

isomorfismo e outra de equivalência, o que significaria que, como os próprios termos denunciam, o representante deveria ter a mesma forma que aquele a quem representa ou possuir um valor equivalente a representante e representado, para que seja possível relacioná-los (CHAUÍ, p.285).

Ernesto Laclau, (1996, p.20), define a questão da representação:

(...) é o processo pelo qual outrem – o representante – “substitui” e ao mesmo tempo “encarna” o representado. As condições de uma perfeita representação seriam atingidas, aparentemente, quando ela fosse um processo direto de transferência da vontade do representado, quando o ato de representação desse perfeita transferência àquela vontade. Isto pressupõe que a vontade esteja inteiramente constituída e que o papel do representante se esgote em sua função de intermediação.

A partir desse conceito, ele afirma que “(...) não existem condições de perfeita representabilidade, nem do lado do representante nem do representado – e isto não se deve ao empiricamente possível, mas à própria lógica do processo de representação” (LACLAU, 1996, p.21).

Para ele, uma relação pura entre representantes e representados é inatingível, já que se admite uma complementaridade da parte do representante para com o representado.

Ou seja, o representante não seria designado para corresponder às vontades de quem o fez ocupar o lugar de representação. O representante não seria o espelho refletor de uma identidade estruturada completamente – uma vez que essa identidade originalmente já é incompleta –, mas a constituiria parcialmente.

O ato de representação não se restringe a uma substituição, assim como não se materializa por meio de uma mera função intermediadora, a partir do momento em que a vontade do representado é plenamente satisfeita por quem o representa. Se assim o fosse, a função do representante estaria totalmente esgotada no processo de intermediação.

Na verdade, há representação porque a cena política moderna, ao mesmo tempo, requer e impede a participação dos cidadãos. Por meio dos mecanismos representativos, os cidadãos respaldam e interferem nas decisões tomadas, sem que estejam direta e permanentemente envolvidos nelas.

De acordo com Laclau, a identidade do representado é incompleta e por isso precisa de um representante. Dessa forma, “(...) a relação de representação, longe de ser uma identidade plenamente desenvolvida, é um *suplemento* necessário a sua constituição” (LACLAU, 1996, p.21). O representante não vai simplesmente refletir o interesse do representado, mas irá, sem dúvida, refratá-lo, transformando-o.

O autor vai concluir que

(...) o que o representante faz é *inscrever* um interesse numa realidade complexa, diferente daquela na qual aquele foi originalmente formulado, e assim fazendo ele constroi e transforma tal interesse. Mas, desta maneira, o representante também está transformando a identidade do representado. O vazio original na identidade do representado, que exigia ser preenchido por um suplemento através do processo de representação, abre um movimento de indecidibilidade, constitutivo e irreduzível, em duas direções. Existe uma opacidade, uma impureza essencial, no processo de representação, que é ao mesmo tempo sua condição de possibilidade e impossibilidade. O “corpo” do representante não pode ser ignorado, por motivos essenciais. Uma situação de plena transferência e responsabilidade (accountability), num contexto de transparência, não implicaria em representação nenhuma (LACLAU,1996,p.21).

O teórico político argentino não quer dizer, com isso, que a representação seja impossível. Ele expõe, na verdade, várias relações sociais envolvidas no processo de representação e defende que o seu funcionamento não é focado em um mecanismo “unívoco”, como muitas vezes se pretende.

No caso específico da Câmara de Vereadores do Recife, ao fechar as portas da sede do Legislativo Municipal, impedindo a entrada de manifestantes contrários à votação de um projeto que envolve toda a população e um impacto urbano significativo, o presidente ignora a vontade popular e nega, inclusive, seu papel de *suplementar* a identidade do representado. Ou pelo menos desses representados.

Considerando as várias relações sociais que Laclau menciona, os vereadores que aprovaram o Projeto Novo Recife *representaram* a vontade, o desejo de uma total modificação da paisagem do Cais José Estelita. Se, por um lado, os manifestantes do Movimento#OcupeEstelita não concordam com as mudanças, bem como uma parcela da população recifense; por outro, um diferente grupo defende o Projeto Novo Recife.

Além da força das próprias construtoras, com as suas doações de campanha político-eleitoral, há ainda uma parte dos recifenses que discursa sobre o direito à propriedade, considerando que o Consórcio Novo Recife comprou a área – não importando, para alguns, as condições em que foi efetuada a compra, uma vez que são apontadas várias irregularidades pelo Ministério Público Federal (MPF) –, e ainda defende a modificação da paisagem com as construções previstas no projeto.

Chauí (1996, p.289), ao visitar a trajetória histórica da elaboração política da ideia de representação, lembra que um representante tem sua autoridade conferida quando se torna “portador da multiplicidade dos representados, desde que estes tenham formado uma unidade por consentimento, unidade figurada pelo representante”. Ela afirma ainda que, “(...) na concepção liberal clássica, o representante não representa eleitores ou mandatários, mas representa a razão universal, a vontade geral, a verdade e o bem comum, de sorte que

sua prática não diz respeito aos particulares governados, mas à realização do racional (...)” (CHAUI,1996, p.289).

Entretanto, apesar dessas considerações, o ato de fechar as portas, impedindo a manifestação popular, leva a um debate para além da representação. Leva à discussão do processo democrático e transparente, em tese, necessário à legitimação das decisões tomadas pelos representantes.

As manobras de não incluir o projeto na Ordem do Dia, impedir o acesso dos ativistas e a sanção pelo prefeito a distância apontam para a tentativa de pôr um fim ao debate provocado pelo Movimento#OcupeEstelita, um movimento que tem forte apoio nas redes sociais. E, como será comprovado depois da votação na Câmara do Recife, também nas ruas.

Ativismo: nova configuração

José Álvaro Moisés (1992, p.6) já afirmava em seu artigo “Democratização e cultura política de massas no Brasil” que se descobria, quase no século XXI, que é “(...) a democracia liberal e não as revoluções socialistas, o grande personagem do século que se encerra”.O século XX deixou o legado do protagonismo de uma democracia liberal, apesar de todas as críticas que possam ser feitas aos seus contornos.

Moisés vai ressaltar que “a criação de instituições destinadas a processar a complexa pluralidade de objetivos presentes na sociedade depende de um demorado e, por vezes, contraditório trabalho de elaboração coletiva” (MOISÉS,1992, p.7). Essa complexidade leva a conflitos que geram crises. E, naturalmente, a diferentes formas de mobilização e resistência por parte dos movimentos sociais. Ou dos *novos* movimentos sociais.

Para David Slater (1997, p.2),

Deixando de lado por um momento a questão de como os movimentos sociais são interpretados, em que formas sua ocorrência e presença contínua são tratadas teoricamente, é abundantemente claro que sua existência tem sido conectada a um alcance de temas significantes desde desenvolvimento à democracia, de cidadania à cultura e de meio ambiente à emancipação.

O caso do Movimento#OcupeEstelita é bastante sintomático em relação a provocar um debate amplo sobre a ocupação do espaço urbano no Recife, inserindo um tema na agenda. Para além dos comentários a boca miúda ou em mesas de bar sobre a dominação das empreiteiras que chegam a fechar, por dias, inclusive ruas, ao longo do processo de construção de edifícios, sem autorização formal da Prefeitura, o grupo, por meio das redes

sociais, consegue mobilizar posições favoráveis ou contrárias a sua causa, promovendo uma discussão que ultrapassa o conflito existente em torno do Cais José Estelita.

O debate, pode-se dizer, buscando emprestado de Slater, redesenha as fronteiras do político. O movimento, por sua vez, coloca em xeque os poderes constituídos, já que Legislativo e Executivo optam por negar seu papel representativo em nome de uma tentativa frenética de dissolver a polêmica em torno do Projeto. Pouco se importando em gerar mais polêmica. Dessa vez, em torno da legitimidade dos seus próprios atos institucionais.

O Movimento#OcupeEstelita surgiu no ano de 2012, formado por vários setores da sociedade, para contestar o projeto imobiliário do Consórcio Novo Recife. O movimento, articulado pelo grupo Direitos Urbanos-Recife, realizou audiências públicas, protestos e mobilizações nas ruas. Tudo isso sob o silêncio da imprensa local que preferiu ignorar as ações dos ativistas.

Dessa forma, sem espaço na grande mídia local, o #OcupeEstelita passou a investir na divulgação de suas iniciativas e programações via redes sociais. O Facebook foi eleito para estabelecer uma comunicação direta com a população, conchamar para as manifestações de rua, audiências públicas e ainda para pedir contribuições para os ativistas durante as ocupações que foram realizadas.

Aos poucos, com a divulgação nacional, o movimento passou a contar com espaços em o El Pais, Le Monde Diplomatique, Carta Capital e outros veículos de maior abrangência, embora a imprensa local tenha se mantido econômica quanto às ações e aos desdobramentos do #Ocupe. Os veículos pernambucanos só concederam mais espaço ao movimento após a aprovação do projeto na Câmara de Vereadores.

Uma grande mobilização no dia seguinte ao fato ocorrido no Legislativo Municipal levou, segundo dados do #Ocupe, milhares de pessoas às ruas, fazendo uma manifestação pelo Recife que culminou no Shopping Rio Mar. Segundo os ativistas, a passagem pelo shopping, que foi construído às custas da destruição de uma região de mangue foi simbólica. Durante a construção do shopping, houve uma grande polêmica sobre a obra e seus impactos.

Já dentro do Rio Mar, os manifestantes gritavam: “Estamos ocupando o Recife, pois lutamos por uma cidade democrática. Uma cidade que não segrega e, por isso, estamos nesse shopping porque esse shopping representa a segregação”. A imprensa deu cobertura à manifestação, sendo que o NE10, site do Sistema Jornal do Commercio, mostrou vídeos inclusive do momento que os manifestantes entram no shopping. O espaço de compras é de

propriedade do mesmo dono do Sistema Jornal do Commercio, que congrega jornal, rádio, televisão e o NE10 – o empresário João Carlos Paes Mendonça.

No dia 07 de junho, os manifestantes fazem novo ato (Segundo Grande Ato Salve o Estelita) e dessa vez resolvem ocupar a rua onde mora o prefeito do Recife, Geraldo Júlio, do PSB. Eles acampam na frente do edifício do chefe do Executivo, construído pela Moura Dubeux.

Mais uma ação após a aprovação do projeto foi o ato em busca do prefeito, no bairro de Boa Viagem. A iniciativa culminou com a exibição do vídeo Novo Apocalipse Recife, que viralizou, tendo em cinco dias atingido a marca de mais de 400 mil visualizações. Entre outras denúncias, o filme denuncia vínculos do prefeito com as empreiteiras e os interesses políticos por trás do Consórcio Novo Recife.

O movimento conta, desde o início, com uma comunicação voltada para a cidadania por meio da utilização das redes sociais. É assim que o #OcupeEstelita consegue ter a dimensão que vem garantindo. Seja conclamando os ativistas para uma mobilização na rua, seja convocando para o compartilhamento de informações ou de vídeos. Produzindo e divulgando seus próprios registros dos atos nas redes sociais.

Comunicação na era da tecnologia

Com o panorama traçado, podemos fazer uma retrospectiva do debate sobre o jornalismo na era tecnológica. Soster (2009) classificou as mudanças do jornalismo da era tecnológica em três momentos. O primeiro é marcado justamente pela popularização da internet, o que ocorre a partir da década de 90. O marco balizador é o surgimento das versões digitais dos jornais impressos, que passam a disponibilizar os seus conteúdos nos sites, mudando a configuração da relação entre jornalistas, empresas e cidadãos comuns.

O segundo momento é caracterizado pela processualidade desse novo cenário que redimensiona o sistema midiático, que envolve atores, espaços sociais e ferramentas oferecidas pela informatização. Essa relação se estende do interior de um veículo para outro. Uma notícia que é divulgada por um site vai se transformar em pauta para outros veículos. A informação original é repercutida e apropriada pelos membros desse sistema através de uma rede. O foco dessa relação é o processo em si. O fluxo é mais importante do que o lugar de onde partiu ou vai chegar a informação.

O terceiro momento é marcado pela descentralização, autorreferência e correferencialidade. Ancorado em uma estrutura de rede, o jornalismo opera a partir de uma nova lógica. O

lugar discursivo não está mais centralizado nas redações, desloca-se no fluxo construído por uma sociedade interligada por uma rede. Muitas vezes o acontecimento é construído dentro desse fluxo.

As instituições jornalísticas continuam sendo importantes, mas passam a fazer parte de um sistema maior porque com a internet o fluxo da informação é multidirecional. É neste contexto que surge o nosso cidadão comum que age ativamente, disposto a atuar no processo de produção e difusão da informação.

Soster (2009) chama de autorreferencialidade o fato das operações jornalísticas se voltarem para o próprio sistema midiático. As fontes estão, cada vez mais, no interior desse sistema. Na correferencialidade, os veículos se referenciam mutuamente. O acontecimento pode ser gerado dentro do fluxo de informações, quando os veículos interagem entre si. Os sites jornalísticos incorporam outras mídias em seus espaços, exercendo uma cultura de convergência midiática (JENKINS, 2008).

Esse novo “fazer jornalismo” explora todas as potencialidades abertas com os avanços tecnológicos e com essa nova cultura digital que tem, segundo Mielniczuk (2003), as seguintes características: hipertextualidade, interatividade, customização, memória, atualização contínua e a multimídia ou convergência.

A noção de cultura da convergência vem da inter-relação entre os diferentes tipos de mídias e da mudança de papéis entre consumidores e produtores. Jenkins (2001, 2004 e 2008) traz a contribuição dos estudos da cultura para os aspectos ligados à noção de convergência, que provocam mudanças em todo o sistema midiático. É um fenômeno social que faz parte um processo amplo no qual tudo está conectado: das plataformas às pessoas. Para Souza (2011), a contribuição de Jenkins não é a convivência das mídias, mas a inclusão da audiência que tem uma participação efetiva nesse fluxo processual.

De acordo com Jenkins, a convergência é um processo que inclui um conjunto de aspectos: o tecnológico, o econômico, o social, o cultural e o global. O tecnológico se refere à digitalização de todas as mídias para que possam expandir o seu fluxo através de plataformas.

A convergência econômica é feita pela reestruturação da produção cultural através da sinergia e da transmídia, do uso de várias plataformas. A social é a participação do público através de diversos papéis desempenhados ao mesmo tempo, como assistir TV, ou vir rádio e navegar na internet. A convergência cultural é a cultura participativa e a apresentação de múltiplos conteúdos relacionados às várias plataformas. Ou seja, é o entrecruzamento de

tecnologias envolvendo empresas e pessoas. A convergência global é traduzida pela hibridização cultural da circulação de informação de forma ampla (global) o que possibilita muitas formas de cidadania.

A cultura da convergência congrega as seguintes características: convergência das mídias, cultura participativa e inteligência coletiva, segundo Jenkins (2008). Na primeira característica, a cultura da convergência das mídias tem dois movimentos: o corporativo e o alternativo. Isso porque a convergência vai para além da decisão do mercado corporativo de unir empresas (de informação e de entretenimento) para produzir e distribuir os seus conteúdos em diversos suportes.

Existe também a convergência alternativa que é o compartilhamento de conteúdos midiáticos de maneira informal. O cidadão comum acessa, comenta, arquiva e distribui conteúdo sem precisar de autorização. A convergência corporativa coexiste com a convergência alternativa.

Na segunda característica, a noção de cultura participativa é utilizada para o cidadão que vai além do consumo, sente-se estimulado a participar da circulação e da criação de conteúdo. O mundo digital, como as redes sociais, facilita a interação, mas não é a principal mola propulsora, existem aspectos culturais e sociais para motivar essa participação.

Na terceira característica, a inteligência coletiva é compreendida como a reunião de conhecimento das pessoas sobre um determinado tema, independentemente das suas formações e esse conhecimento é dividido por todos e isso se dá através do ciberespaço. Jenkins recorre à obra de Lévy (2005) na qual a inteligência coletiva é um novo procedimento de compartilhamento de ideias e experiências que ocorrem, muitas vezes, em tempo real.

Quando a internet quebrou a linearidade do processo de comunicação, ao integrar, em um mesmo plano, os aspectos da interatividade, da descentralização, da multilateralidade e da hipertextualidade, observou-se, segundo Miranda (2008), que as notícias estavam sendo produzidas por “pessoas comuns” que queriam dizer alguma coisa. A internet provocou uma alteração nos meios de produção da notícia. O jornalismo sofreu um impacto profundo porque o controle da informação não está mais concentrado nas mãos das organizações midiáticas (GILLMOR, 2005).

A grande rede gera plataformas para qualquer indivíduo interagir com os veículos da imprensa, buscar informação diretamente nas fontes e criar o próprio espaço para produzir notícia ao arpejo dos conglomerados da comunicação. “Se as práticas de comunicar-se

estão acessíveis e democráticas, certamente o jornalismo – atividade de interesse comum – também é impactado e inserido nesse comportamento social de produzir informação” (NUNES, GUIMARÃES e PELLANDA, 2010, p. 90).

Ao analisar as mudanças que a internet trouxe para o jornalismo, Barrero e Ruiz (2012) afirmam que a nova estrutura de circulação da informação acaba com o modelo único do jornalismo tradicional, feito apenas por um profissional especializado em construir notícias. A informação não é mais produto do monopólio das grandes empresas. Os jornais *USA Today*, *The New York Times* (norte-americanos) e *The Guardian* (inglês), por exemplo, estão recorrendo aos leitores para produzir reportagens diferenciadas.

O Movimento#OcupeEstelita fez circular informações a respeito das suas propostas, seu projeto de cidade consciente de que qualquer cidadão hoje produz informação e propaga notícia. Ao ser ignorado pela imprensa local, intensificou suas ações no Facebook. Com um material de qualidade divulgado nas redes sociais – produzido voluntariamente por designers, cineastas, profissionais de comunicação –, o #Ocupe tem alcançado um destaque que ultrapassa a territorialidade municipal ou mesmo nacional.

Segundo Slater (1997, p.3), “o que é necessário é a percepção de que políticas democráticas devem estender-se em questões globais desde que gradualmente as questões mais fundamentadas da vida não são resolvíveis dentro do estado territorial”. O #OcupeEstelita é muito mais do que uma luta pela preservação do Cais José Estelita (o que, por si só, já não seria pouco). Ele é uma intervenção criativa no político e nas formas de fazer política na cidade, especialmente no que diz respeito ao contexto da ocupação do espaço urbano.

Conclusão

Essa perspectiva de abrangência do movimento – aliada às possibilidades da comunicação na era da tecnologia e ao confronto direto com o poder constituído, bem como o embate com a forma de exercer política no Recife – empurra um debate aparentemente local para uma condição extraterritorial, rompendo com as fronteiras geográficas.

O tema proposto pelo movimento, o uso da rede de forma consciente e a exposição do poder público, na sua incapacidade de estabelecer um diálogo entre representante e representados, celebram uma novidade na forma de conceber o político, de ver o político e principalmente de fazer a política. Celebram ainda a possibilidade de fazer uma comunicação para a cidadania.

Para Ortega e Pérez (2012), não há dúvidas de que a internet revolucionou o modelo de comunicação quando possibilitou uma abertura maior para a sociedade se manifestar e emitir livremente a sua opinião, criando uma espécie de cotas de participação democrática. Alguns pesquisadores afirmam que houve um renascimento do diálogo social. Esse diálogo social pode ser visualizado, segundo Ortega e Pérez (2012), quando se observa que o cidadão está 1) questionando diretamente os políticos e gestores públicos através de sites institucionais e das redes sociais, 2) driblando os filtros impostos pela imprensa ao criar espaços próprios para afirmar a sua autonomia e 3) dirigindo-se a outros cidadãos que queiram debater os mesmos assuntos sem precisar mais da mediação da grande imprensa. É assim e de diversas outras formas, que extrapolam o enfoque deste artigo, que o Movimento#OcupeEstelita inaugura uma nova maneira de debater as questões dos cidadãos e da cidade, gerando ações que incluem, indiretamente, a luta pela descentralização do poder político e evocam a participação da sociedade nas decisões pertinentes ao desenvolvimento urbano do Recife.

Referências Bibliográficas

- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1997.
- GILLMOR, D. **Nós, os media**. Lisboa: Presença, 2005.
- JENKINS H. **Convergence? I diverge**. In: Technology Review. Cambridge: MIT, junho, 2001. Disponível em: <<http://www.technologyreview.com/business/12434>>
- JENKINS, H. **The cultural logic os media convergence**. In: **International journal of cultural studies**. Londres, Thousand Oaks, Nova Deli: Sage, v.7, nº 1, 2004, p. 33-43.
- JENKINS, H. **A cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2008.
- LACLAU, E. **Poder e representação**. Estudos Sociedade e Agricultura. Nº 7, p. 7-28, dez. 1996.
- LACLAU, E. **Deconstruction, Pragmatism, Hegemony**. MOUFFE, Chantal (Org.). **Deconstruction and pragmatism**. London: Routledge, 1996.
- LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2005.
- MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. (Tese de doutorado). FACOM/UFBA, Salvador, 2003.
- MIRANDA, J. M. G. de M. **El periodismo em el siglo XXI: una profesión em crisis ante la digitalización**. Madrid: Editorial Dykinson, SL, 2008.
- MOISÉS, J.A. **Democratização e cultura política de massas no Brasil**. São Paulo: Lua Nova, 1992.
- NUNES, A. C. B.; GUIMARÃES, P. e PELLANDA, E. C. **Jornalismo colaborativo: uma leitura do imaginário de Porto Alegre através da plataforma Locast**. IN: AMARAL, A.; AQUINO, M. C. e MONTARDO, S. P. (org.). Intercom Sul 2010: perspectivas da pesquisa em comunicação digital. São Paulo: Intercom, 2010, p. 88-110.
- ORTEGA, C. G. e PÉREZ, P. L. **La interactividad em los médios online, al servicio de la ciberdemocracia?** IN: TURMO, F. S. y LASSA, J. J. V. (org.). El periodismo digital analizado desde la investigación procedente Del âmbito acadêmico. Asociación de Periodistas de Aragon: Zaragoza, 2012, p. 59-69. Disponível em: <www.congresoperiodismo.com> Último acesso em: 2 de outubro de 2012

SLATER, D. **Spatial politics/Social Movements – questions of (b) orders and resistance in global times**. New York: Routledge, 1997.

SOSTER, D. de A. **Modelo para análise do jornalismo midiaticado**. In: Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma. SOSTER, D. de A. e SILVA, F. F. (org.). Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 120-140.

SOUZA, M. D. **Jornalismo e cultura da convergência: a narrativa transmídia na cobertura do Cablegate nos sites El País e Guardian**. (Dissertação de mestrado). Universidade de Santa Maria (RS)/PPGCOM/2011.